

# Modernidade e diversidade: reflexões sobre a controvérsia entre teoria da modernização e a teoria das múltiplas modernidades<sup>1</sup>

Volker H. Schmidt<sup>2</sup>  
socvhs@nus.edu.sg

<sup>1</sup>Tradução do artigo “Modernity and diversity: reflections on the controversy between modernization theory and multiple modernities”, originalmente publicado em *Social Science Information*, vol. 49(4), p. 511-538 (Sage Publications Ltd). Tradução de Taís Machado e Marcos Amaral. Supervisão: Sérgio Tavolaro.

**Resumo** O artigo revisita a reivindicação de convergência da teoria da modernização, fortemente criticada pelos teóricos das modernidades múltiplas, que sustentam que realidades emergentes não confirmam suas premissas subjacentes. Baseado em uma leitura completa dos textos clássicos, o artigo reconstrói o significado do termo, dentro de um quadro de referência da teoria da modernização e, então, considera a evidência que os teóricos das modernidades múltiplas apresentam contra o mesmo. O artigo sustenta que nenhuma das observações citadas pelos teóricos mais proeminentes das modernidades múltiplas são capazes de desafiar a teoria da modernização, que pode acomodar facilmente os tipos de diferença evocados por seus críticos. A modernidade do Leste Asiático, em particular, à qual os dois lados atribuem um peso especial para qualquer teste da teoria da modernização, parece notavelmente semelhante à modernidade ocidental quando observada através das lentes dessa teoria. Ao mesmo tempo, a literatura sobre as modernidades múltiplas, apesar de alegar que leva a diferença muito a sério, silencia acerca das diferenças que amplas partes do mundo menos desenvolvido exibem frente ao Ocidente e ao Leste Asiático, em aspectos socioestruturais e culturais, que indicam diferentes graus de modernização. O artigo conclui com uma nota breve sobre o peso diferenciado dos vários tipos de diversidade para os diferentes problemas de referência e com uma sugestão para uma resolução construtiva do conflito entre as duas abordagens.

**Palavras-chave** Convergência; diversidade; modernidade; modernização;

<sup>2</sup>leciona sociologia na Universidade Nacional de Cingapura (National University of Singapore). Antes de filiar-se à instituição, ocupou posições de docência e pesquisa nas Universidades de Mannheim e Bremen, respectivamente. Em 1997/98, foi *Fellow* do Memorial J. F. Kennedy (J.F. Kennedy Fellow) no Centro de Estudos Europeus, Universidade de Havard, e, durante 2008/09, foi *Visiting Fellow* no grupo de excelência “Religião e Política na Modernidade”, Universidade de Münster. Schmidt é autor ou co-autor de cinco livros e editor ou co-editor de outras quatro publicações. Suas

principais áreas de especialização são sociologia da justiça, da saúde e política social, teoria social, e pesquisas sobre modernização (com ênfase especial no Leste Asiático). *Endereço do autor:* Department of Sociology, National University of Singapore, 11 Arts Link, Singapore 117570.

<sup>3</sup>Este artigo é uma versão estendida e revisada de um *paper* originalmente preparado para uma conferência *mid-term* do Comitê de Pesquisa em Teoria Sociológica ISA (ISA Research Committee on Sociological Theory) na Universidade Nacional de Pusan, em Pusan, ocorrido entre 23-5 de junho de 2008. Partes deste *paper* também foram apresentadas no 38º Congresso Mundial do Instituto Internacional de Sociologia (38th World congress of the International Institute of Sociology), em Budapeste, de 26-30 de junho de 2008, no 1º Fórum de Sociologia ISA (1st ISA Forum of Sociology), em Barcelona, de 5 a 8 de setembro de 2008, e durante minha estadia como

*modernidades múltiplas.*

**Abstract** *The article revisits modernization theory's convergence claim, which has been strongly criticized by multiple modernists, who maintain that emerging realities have not borne out its underlying premises. Based on a thorough reading of classical texts, the article reconstructs the term's meaning within a modernization-theoretical frame of reference and then considers the evidence that multiple modernists hold against it. It finds that none of the observations cited by leading multiple modernists are able to challenge modernization theory, which can easily accommodate the kinds of difference invoked by its critics. East-Asian modernity in particular, to which both sides assign special weight for any test of modernization theory, appears remarkably similar to Western modernity when viewed through the lenses of this theory. At the same time, the literature on multiple modernities, despite pleading to take difference seriously, is silent about differences that large parts of the less-developed world exhibit vis-a-vis the West and East Asia in social-structural and cultural respects, indicating different degrees of modernization. The article concludes with a brief note on the differential weight of different kinds of diversity for different reference problems and a suggestion for a constructive resolution of the conflict between the two approaches.*

**Keywords** *Convergence; Diversity; Modernity; Modernization; Multiple modernists*

O conceito das modernidades múltiplas tem sido desenvolvido com o objetivo de destacar os modos pelos quais as sociedades modernas se diferenciam entre si<sup>3</sup>. Outras abordagens sociológicas, a maioria baseada em alguma versão da teoria da modernização, enfatizam aspectos comuns dessas sociedades. Mas será que a justaposição de convergência e divergência, na forma de exclusão mútua, de oposição binária, realmente faz sentido? Será que existe convergência em algum aspecto, enquanto a diversidade persiste em outros elementos? Será que existem dimensões da mudança social que exibem tendências comuns entre as regiões e zonas culturais, enquanto outros aspectos da vida social revelem uma resiliência destacada contra a homogeneização?

O presente artigo argumenta que a controvérsia entre a teoria da modernização e a teoria das modernidades múltiplas não pode ser resolvida apenas por meios empíricos, porque a questão de saber se as sociedades convergem ou divergem não é uma questão simples de optar por um ou outro. A comparação entre duas sociedades quaisquer trará, inevitavelmente, semelhanças, assim como diferenças. Os fatos não têm sentido, a não ser que sua condição seja determinada por um dado problema de referência: a mesma observação pode carregar um peso extremamente diferente dependendo do quadro de referência dentro do qual é considerado. O quadro de referência para a controvérsia entre teoria da modernização e a teoria das modernidades múltiplas é a teoria da modernidade. Se alguém deseja saber o que uma observação particular significa para aquela teoria, precisa, primeiro, expor qual concepção de modernidade está sendo empregada ou proposta. Só então pode-se avaliar a significação dos fenômenos empíricos.

Como será mostrado abaixo, os entendimentos de modernidade da teoria da modernização e da teoria das modernidades múltiplas diferem muito. Mas, enquanto a teoria da modernização se baseia em uma concepção relativamente clara de modernidade, os teóricos das modernidades múltiplas ainda têm que elaborar a sua própria – até agora, não foram além de dar algumas dicas vagas sobre o que querem dizer com o termo. Ao invés disso, posicionam-se contra a teoria da modernização, especialmente contra a reivindicação da convergência, argumentando que realidades emergentes não confirmam suas premissas subjacentes.

Para julgar a solidez dessa crítica, depende-se muito de como a noção de convergência é compreendida. Baseada em uma leitura completa da literatura pertinente, a seção dois examina o significado do termo num contexto teórico de modernização. Identifica que a teoria da modernização oferece amplo escopo para cobrir a diversidade. A seção três confirma essa alegação, ao explorar a significação que os achados de Shmuel Eisenstadt, que cunhou o termo “modernidades múltiplas”, tem contra ela. Argumentando que a teoria da modernização pode facilmente acomodar os tipos de diferença a que Eisenstadt alude, a seção considera um número de diferenças que pareceriam ser muito significativas de um ponto de vista da teoria da modernização, mas são amplamente ignoradas por teóricos

Pesquisador/Professor Visitante (Visiting Fellow) na Universidade de Münster, no Núcleo de Excelência “Modernidade e Religião” (agosto de 2008 a junho de 2009). Eu agradeço a todos os participantes pelas discussões enérgicas e pelas críticas. Eu sou grato particularmente a Thomas Gutmann por me convidar a Münster e por seu esforço incessante em fazer da minha estadia o mais produtiva e agradável possível. A versão atual também se beneficiou de comentários de Misha Petrovic e as sugestões de um revisor anônimo.

“Eisenstadt (2000a, p. 3): “Ao se reconhecer uma multiplicidade de modernidades em constante evolução”, ele escreve, “confronta-se o problema do que realmente constitui o núcleo comum da modernidade”. Ele identifica como esse núcleo “um modo ou modos de interpretação do mundo” que se cristalizam em “um distinto programa cultural” (EISENSTADT, 2005, p. 31) que solapam formas tradicionais de legitimação das

ordens social e política ao questionar sua existência dada [n.t. *quiveness*] e ao tomar consciência de sua maleabilidade. O *locus* estrutural para a institucionalização desse programa na conceitualização de Eisenstadt é o Estado-nação. Combinando esses dois aspectos com a observação de que Estados-nação têm sistemas políticos diferentes com diferentes legados e com autoentendimentos historicamente enraizados, tem-se a noção das modernidades múltiplas.

<sup>5</sup>Lerner (1968, p. 388), por exemplo, vê o desenvolvimento econômico como o "elemento de impulsão" da modernização, e estudiosos que empregam um quadro de análise mais amplo da teoria da modernização enfatizaram repetidamente a importância da iniciativa política para o sucesso da modernização "tardia" (ver, por exemplo BENDIX, 1970).

<sup>6</sup>A mídia, ainda que não seja de interesse

das modernidades múltiplas. A seção quatro compara as duas regiões do mundo que mais avançaram em direção à modernidade até então, o Ocidente e, nomeadamente, partes do Leste Asiático, para "testar" a hipótese da convergência, e verifica que ela pode ser validada empiricamente. Na seção cinco, o artigo conclui com uma nota breve sobre o peso diferenciado dos diferentes tipos de diversidade para problemas de referência diferentes e, também, com uma sugestão provisória para uma resolução construtiva do conflito entre as duas abordagens.

## II

Modernidade é um conceito importante na sociologia, uma vez que se aplica à formação societal a cuja emergência a própria disciplina deve sua existência. A sociedade moderna, tal qual conceituada nos trabalhos dos pensadores clássicos da sociologia, como Herbert Spencer, Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, Georg Simmel e Talcott Parsons, é radicalmente diferente dos modos anteriores de organização societal e o resultado de uma transformação fundamental da sociedade, equiparado em significação histórica apenas pela revolução Neolítica. Modernização, a mudança que resulta na modernidade, é um processo interligado de diferenciação estrutural, racionalização cultural e individuação pessoal, na visão desses clássicos. Uma vez posta em movimento, a mudança social torna-se endêmica, favorecendo instituições que são, ao mesmo tempo, adaptáveis a elas e que estimulam mudanças posteriores.

Os teóricos da abordagem das modernidades múltiplas rejeitam essa conceitualização, baseando-se em sua suposta incapacidade para captar a imensa diversidade social, política e cultural exibida pela Idade Moderna. Essa diversidade, eles afirmam, pode ser considerada apenas se o conceito de modernidade for pluralizado. Mas, antes que se possa pluralizar *qualquer* conceito, precisa-se conhecer o que suas variantes têm em comum, porque, ao menos que se saiba, não há nenhum modo de dizer se um caso particular é realmente uma variante do tipo em questão ou alguma outra coisa. Dessa forma, não pode haver nenhuma discussão significativa sobre

*modernidades* sem uma definição adequada de *modernidade*<sup>4</sup>. Lamentavelmente, porém, uma definição suficientemente clara de modernidade está notoriamente ausente da literatura sobre modernidades múltiplas, como até mesmo os observadores simpatizantes tiveram a oportunidade de notar (ver, por exemplo, ALLARDT, 2005).

Está claro, no entanto, *contra* o que vai a noção de modernidades múltiplas, a saber, as teorias denominadas clássicas da modernidade e, especialmente, a teoria da modernização dos anos 1950 e 1960, porque Eisenstadt e vários de seus seguidores não pouparam esforços em declarar sua aversão a essas teorias (ver EISENSTADT, 2000a; WITTROCK, 2000). Tomar a teoria da modernização como ponto de partida deveria fornecer, conseqüentemente, algumas sugestões a respeito dos tipos de suposições que os críticos devem fazer, para dar credibilidade à noção das múltiplas modernidades.

Conforme indicado na introdução, o ponto principal da controvérsia entre a teoria da modernização e a teoria das modernidades múltiplas é a reivindicação, da primeira delas, de que a modernização é um processo homogeneizante, que, no fim das contas, conduz à convergência as sociedades que se submetem a ele: “um processo de mudança social pelo qual sociedades menos desenvolvidas adquirem características comuns às sociedades mais desenvolvidas”, como Daniel Lerner (1968, p. 386) coloca. Mas o que a teoria da modernização quer dizer com “convergência”? Para responder a essa questão, é importante ter em mente que a teoria da modernização está ancorada conceitualmente no trabalho de Talcott Parsons. Como é bem sabido, a teoria de Parsons sobre a modernidade está embutida em uma teoria mais abrangente de sistemas de ação. A sociedade, na conceituação de Parsons, é um subsistema do sistema social, que, por sua vez, é um dos quatro subsistemas do sistema de ação geral, os outros três sendo o sistema cultural, o sistema de personalidade e o organismo comportamental. A teoria da modernização preocupa-se apenas com os sistemas social, cultural e de personalidade. A teoria argumenta que, em consequência da modernização, o sistema de personalidade torna-se cada vez mais orientado para realizações, consciente de sua individualidade e empático; que a modernização conduz à racionalização, à generalização de valores e à difusão de normas seculares no sistema cultural; e que a diferenciação funcional é a tendência dominante

vital para os teóricos da modernização, recebe muita atenção nas considerações sobre modernidade de Lerner (ver 1958, 54ff.). Não ocupa um papel central na arquitetura teórica de Parsons, mas Niklas Luhmann, que (não é um teórico da modernização mas) pode ser visto como um herdeiro legítimo de Parsons na teoria sociológica de sistemas, concorda com o ponto de vista de Lerner sobre a importância da mídia; de fato, ele devotou uma monografia inteira para a discussão deles (ver LUHMANN, 2000a).

<sup>7</sup>Na última página de seu artigo, Parsons (1956 p. 357) identifica a institucionalização da pesquisa e desenvolvimento (“investigação científica e aplicação tecnológica da ciência”) como o que chamou de um quinto universal evolucionário, argumentando que esse complexo estrutural assumiu a mesma importância que os outros quatro no século XX.

<sup>8</sup>Nas décadas de 1950 e 1960, quando a teoria da modernização

era mais influente, poucas democracias consolidadas existiam mesmo na Europa Ocidental. A península Ibérica era governada por regimes ditatoriais, a Grécia, depois de um longo período de instabilidade política, sofreu um golpe militar em 1967, a Itália continuou a ser dividida entre o Norte "cívico" e o Sul dominado pelas relações hierárquicas clientelistas (sobre o caso italiano, ver PUTNAM, 1993), e a Alemanha Ocidental, onde a democracia havia sido imposta pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, ainda lutava contra um legado altamente autoritário. A hipótese de identificar "o" modelo ocidental com a democracia política, conseqüentemente, seria muito mais fraca do que aparenta hoje em dia.

<sup>9</sup>Permanece a necessidade de observar se isso se aplica a todos os tipos de regimes autoritários ou apenas a suas variantes mais repressivas. Teóricos da modernização, enquanto se inclinaram para a democracia como um ideal *normativo*,

na, bem como a principal característica estrutural da sociedade moderna, o sistema social que é de interesse especial para a teoria sociológica (LERNER, 1958, 1968; PARSONS, 1964, 1977).

Como outras abordagens macrossociológicas, a teoria da modernização enfatiza, particularmente, os desenvolvimentos nos subsistemas econômicos e políticos da sociedade<sup>5</sup>, mas outros subsistemas importantes, como o sistema educacional, o sistema científico, o sistema legal e a mídia de massa também são examinados<sup>6</sup>. Na *economia*, a mudança mais destacada do ponto de vista da teoria da modernização é o crescimento autossustentado emergente; na *política*, é a crescente participação dos cidadãos (grupo em que a população se transforma apenas na época moderna); na *educação*, a disseminação da escolarização em massa; na *ciência*, o estabelecimento da universidade de pesquisa e outras instituições orientadas puramente à pesquisa; no *direito*, a enunciação de normas universalistas e sua aplicação por juizes profissionalmente treinados e independentes; e, na *mídia*, a disseminação rápida da informação para audiências em massa e, assim, a criação da opinião pública.

A diferenciação funcional, enquanto se constitui como uma diferença-chave, talvez a diferença-chave, em relação à estrutura da sociedade pré-moderna (cujo modo de organização societária é dominado pelo sistema de estratificação), é indeterminada institucionalmente e, portanto, é compatível com uma variedade de formas institucionais. A compreensão da teoria da modernização sobre a forma institucional da sociedade moderna inspira-se, mais uma vez, no trabalho de Parsons, especialmente em sua teoria de universais evolucionários. Em um artigo influente onde esboça essa teoria, Parsons associa a progressão de estágios de evolução societal a rupturas evolucionárias críticas, que dão às sociedades mais avançadas uma vantagem em relação às sociedades menos avançadas, em termos de sua capacidade de adaptação a condições ambientais. No caso da modernidade, Parsons identifica quatro desses universais que acredita serem cruciais para sua ruptura e consolidação final: os sistemas de dinheiro e *mercado* na economia, a *democracia* no domínio político, o *império da lei* e a igualdade diante da lei na esfera legal, e a *organização burocrática* das instituições públicas e privadas (ver PARSONS, 1964)<sup>7</sup>.

Essa caracterização, ainda que um pouco vaga, obviamente guarda bastante semelhança com o modelo ocidental de modernidade, ao qual deve muito, certamente. Note-se, no entanto, que não reflete uma posição consensual compartilhada por todos os teóricos da modernização. Samuel Huntington, por exemplo, em seu livro *Political Order in Changing Societies* (1968), oferece uma conceituação menos exigente, pelo menos da modernidade *política*, argumentando que a distinção política mais importante na época moderna não é aquela entre democracias e ditaduras, mas entre aqueles governos que realmente governam o país sob sua jurisdição (formal) e aqueles que não governam. Uma ordem política moderna, em sua conceituação, é um sistema de autoridade racionalizada, no qual se espera que os funcionários sirvam ao público, mais do que puramente a seus próprios interesses, e tenham a capacidade de executar políticas escolhidas, baseados no controle de um aparato estatal em bom funcionamento. Isso deixa espaço para alternativas políticas além (do que hoje é visto amplamente como) do modelo ocidental<sup>8</sup>, por exemplo, para modelos autoritários, como muitos dos críticos de Huntington apontaram.

Parsons também identificou mais de um caminho para a modernidade e para institucionalização diferencial de seu “programa”, como pode ser visto em seu tratamento da União Soviética, que considerou similar aos Estados Unidos, no tocante à profundidade e aos níveis de modernização alcançadas, por volta da segunda metade do século XX (PARSONS, 1977, 216ff.). Entretanto, ele era cético quanto à estabilidade no longo prazo dos sistemas políticos de estilo soviético, por conta de seus déficits inerentes de legitimidade (PARSONS, 1964, p. 126). A história parece ter provado que ele estava certo nesse ponto<sup>9</sup>.

Mas, seja como for, Parsons afirma explicitamente sua crença na existência de “(grandes) variações dentro do tipo moderno de sociedade” (PARSONS, 1977, p. 228)<sup>10</sup>, e que muitas outras variações, provavelmente, emergiriam como um resultado da tendência global “em processo de conclusão” desse tipo de sociedade, um desenvolvimento que ele previu que provavelmente continuaria no século XXI (1977, p. 241).

A noção de convergência deve ser entendida tendo essa expectativa como pano de fundo. Aplica-se, primeiramente, à *estrutura básica* da socie-

certamente acreditavam que as perspectivas de democratização bem-sucedida aumentariam com níveis mais elevados de modernização socioeconômica (o *locus* clássico para esse argumento é, claro, LIPSET, 1959), mas mesmo onde argumentam que uma transição para a democracia torna-se provável em um certo estágio (por exemplo INGLEHART & HEZEL, 2005), ainda insistem na natureza probabilística dessa proposição.

<sup>10</sup>Se considerarmos Parsons como o autor que estabeleceu as bases teóricas da teoria da modernização, então, dado o espaço conceitual que sua teoria garante à diversidade, fica difícil entender o que motiva Arnason (2004; ênfase original) a afirmar: “a teoria inicial da modernização” era “a priori não receptiva à idéia de divergências significativas” em padrões de modernização, citando o padrão soviético como um exemplo. Assumindo que esse padrão era diferente, então sua afirmação se torna ainda mais

confusa, já que Arnason também diz, no mesmo artigo e referindo-se a Parsons e a outros, que “a teoria inicial da modernização não ignorou a experiência soviética” (2008; ênfase adicionada). Depois, ele adiciona que os autores posteriores (como Giddens e Habermas) negligenciam a experiência soviética na teorização da modernidade, e que estudiosos recentes chegam a questionar o caráter moderno da União Soviética. Essa observação é correta. Contudo, porque seria utilizada contra a teoria inicial da modernização é um mistério.

<sup>11</sup>Originalmente, Eisenstadt compartilhou desse entendimento. Resumindo a produção científica teórica da modernização na década de 1970, ele diz que essa produção “frisava que quanto mais modernas ou desenvolvidas as sociedades se tornam, mais similares elas se tornarão em seus aspectos básicos, centrais, institucionais” (EISENSTADT, 1977, p. 1; ênfase adicionada). Nota:

dade<sup>11</sup>, sendo sua premissa a de que as sociedades pré-moderna e modernas diferem muito mais uma das outras do que entre as muitas variedades de (um tipo de) sociedade moderna, que emergem como um resultado de uma modernização bem sucedida<sup>12</sup>, um processo que Parsons considerava longe de estar completo. A convergência, assim compreendida, ocorre quando os países em modernização encontram duas condições principais. Primeiro, devem mover-se de modo a estabelecer um conjunto de instituições-chave, que a teoria considera como essenciais para a modernidade<sup>13</sup> e, em segundo lugar, devem ter sucesso em alinhar essas instituições aos seus propósitos declarados, ao invés de serem meras “fachadas” (MEYER *et al.*, 1997) da modernidade<sup>14</sup>.

Mesmo hoje, muitos países falham em encontrar essas condições e, assim, no presente, não se qualificariam como completamente modernos. Todavia, ainda que seja difícil de encontrá-las, nenhuma condição requer que qualquer país em modernização torne-se exatamente igual a seus precursores ou uma “reprodução” (PARSONS, 1977, p. 215) dos Estados Unidos, como os mais ferozes críticos da teoria da modernização diriam (ver, por exemplo, WITTROCK, 2000, p. 54). É verdade que Parsons sugeriu que os Estados Unidos poderiam servir como “um modelo para outros países em inovações estruturais centrais para o desenvolvimento societário moderno” (PARSONS, 1977, p. 215), e que outros teóricos da modernização tenham feito o mesmo. Na esteira da Guerra do Vietnã e das revoltas estudantis do final da década de 1960, e também, possivelmente, da descolonização de grande parte do mundo não Ocidental, depois da Segunda Guerra Mundial, essa sugestão esteve sob ataque porque foi interpretada como uma racionalização pouco camuflada do imperialismo americano. Esse é um julgamento razoável?

Ainda que politicamente compreensível na época, a plausibilidade teórica desse julgamento é passível de ser debatida. Para entender o porquê, o termo “modernização” precisa ser esclarecido. De um lado, ele simplesmente refere-se aos aspectos dinâmicos da modernidade, aos processos e produtos de mudança que acompanham a transição da sociedade pré-moderna para a moderna e além. De outro lado, o termo significa os esforços conscientes de atores sociais influentes para colocar em curso, através de meios de planejamento racional, os desenvolvimentos que resultam naquilo



que é entendido como modernidade em um momento particular do tempo.

Historicamente, os dois modos de modernização formam uma sequência. Enquanto as primeiras rupturas em direção à modernidade são, primariamente, fenômenos emergentes, os efeitos agregados de ações não coordenadas que, enquanto subvertem a antiga ordem, eram raramente direcionados à realização de (o que apenas *a posteriori* e a partir de uma perspectiva científica de um observador de segunda ordem poderia parecer como) um “programa” ou “projeto” de modernidade, modernizadores posteriores, através do efeito de demonstração dos precursores, tendem a possuir ideias relativamente claras quanto à direção que seguem e como chegar lá. Os “pioneiros”, inevitavelmente, servem como modelos para os seguidores, porque não apenas é impossível para eles ignorar (o conhecimento sobre) a existência dos primeiros, mas a percebida superioridade dos precursores garante o estímulo para a modernização. A modernização tardia, na medida em que reflete a ação intencional, é movida pelo objetivo de diminuir a distância em relação aos líderes e esse objetivo pode ser realizado apenas pela aprendizagem com eles.

Agora, propor os Estados Unidos como *um* modelo de modernização tardia fazia bastante sentido porque, no momento em que a proposta foi feita, os EUA eram claramente um líder no desenvolvimento moderno: na economia, na ciência, na pesquisa e desenvolvimento, na educação formal, na mobilidade social, na cultura (diária de massa) popular, e, possivelmente, em outros campos<sup>15</sup>. Hoje, o quadro é mais variado porque, imitando as “melhores práticas” de *desenho* institucional e de designação política nos Estados Unidos e em outros países socioeconomicamente avançados, diversos seguidores antigos tornam-se, eles próprios, modelos. E o que faz deles atrativos como modelos é, precisamente, que eles já alcançaram o que outros ainda se esforçam para conseguir: tornar-se modernos e alcançar o Ocidente. Mas não se pode tornar moderno e alcançar o Ocidente sem se estabelecer *uma estrutura básica* de sociedade que assemelhe-se à do Ocidente, porque essa estrutura é a verdadeira condição de sucesso do Ocidente. A proposta da teoria da modernização de ver os Estados Unidos como um modelo de desenvolvimento equivale a um pouco mais do que o reconhecimento desse fato.

mais parecida não significa idêntica, e convergência em aspectos institucionais básicos não significa convergência em todos os *aspectos concebíveis*.

<sup>12</sup>Parsons não era o único teórico da modernização a defender esses pontos de vista; ver, por exemplo, Lerner (1958, ch 3) e Smelser (1968).

<sup>13</sup>Algumas das mais importantes dessas instituições são: uma economia de crescimento-produção, preferencialmente capitalista; um sistema de “boa” governança, preferencialmente político-democrático; o império da lei [*rule of law*] e um sistema legal que garanta um conjunto central de direitos humanos; administrações burocráticas providas com pessoal tecnicamente competente e resguardadas de interesses “especiais”; um sistema de bem estar regulado ou coletivamente controlado, com cobertura a toda a população e assegurando a satisfação de suas necessidades básicas; educação (pública) de

massa; pesquisa e desenvolvimento em grandes organizações científicas; etc.

<sup>14</sup>Essa qualificação é necessária tendo em vista as descobertas do neo-institucionalismo sociológico. Como John Meyer e seus colegas têm mostrado em vários estudos (MEYER *et al.*, 1997, possui o melhor resumo), o mundo contemporâneo exibe um grau impressionante de isomorfismo institucional. Eles também observam, contudo, que estruturas institucionais formais estão frequentemente “desconectadas” de sua prática institucional atual, significando que existe uma má combinação entre a adoção aparente de um modelo particular (por exemplo, o modelo do Estado-Nação) e sua implementação e performance reais, uma observação que permite vários diagnósticos de falha institucional (como, por exemplo, a noção de “estados falidos”). Para a teoria da modernização, uma mera adesão simbólica a modelos compartilhados não é suficiente para aplicar a noção

### III

Retornando ao paradigma da teoria das modernidades múltiplas, vale a pena lembrar que a essência do paradigma é explicitamente direcionada contra a teoria da modernização; contra a visão, para citar Eisenstadt (2000a, p. 1), “da convergência das sociedades industriais prevaletentes na década de 1950”. Essa ideia, diz Eisenstadt, deve ser rejeitada porque “os desenvolvimentos reais nas sociedades em modernização têm refutado os pressupostos homogeneizantes (...) do programa ocidental de modernidade”, ao originar padrões múltiplos de organização societária que são distintamente modernos, ainda que claramente diferentes do padrão ocidental, ou, nesse caso, da modernidade europeia. A contenda, em suma, é que a teoria da modernização foi *falseada empiricamente*.

Eisenstadt sabe que a linguagem da teoria das modernidades múltiplas pode ser defendida apenas se as diferenças reivindicadas entre as sociedades modernas forem realmente profundas. Em outro texto (2000b, 110f.), ele selecionou o Japão como o caso teste mais importante para o argumento de convergência da teoria da modernização, dado que o Japão foi o primeiro país não ocidental a se tornar completamente moderno. Já que Parsons (1977, p. 228) compartilhava desse argumento, ele provavelmente teria concordado com o peso especial que Eisenstadt confere ao Japão em qualquer teste de validação da teoria de modernização. Eisenstadt reconhece que as razões por trás do ímpeto à modernização no Japão podem ter sido similares àsquelas de alguns de seus precursores do Ocidente Europeu<sup>16</sup>, mas ele mantém que o padrão de modernidade que emergiu do processo não é o mesmo. O Japão moderno, ele argumenta, exibe peculiaridades que são não somente variações locais do modelo ocidental, mas que o distinguem *fundamentalmente* desse modelo (EISENSTADT, 2000b, p. 111).

Ele prossegue, então, com a fundamentação de seu argumento, durante algum tempo, através de ilustração empírica. O primeiro exemplo evocado refere-se aos objetivos e aos efeitos dos movimentos sociais no Japão contemporâneo. Geralmente, tais movimentos tenderam a ser menos radicais e menos adeptos ao confronto do que suas contrapartes ocidentais, de acordo com Eisenstadt, e, embora bem sucedidos em algumas reformas,

não conseguiram induzir uma mudança maior no centro político. Esse centro também não é o principal órgão de direção da sociedade, já que decisões coletivas vinculantes são frequentemente tomadas por redes diversas de burocratas, políticos e membros de grupos de interesse poderosos, ao invés do governo ou do parlamento. Outros aspectos ditos peculiares ao sistema político do Japão são a pouca importância atribuída às ideologias ou princípios fixos, que são sobrepujados muitas vezes por considerações pragmáticas, e a fraqueza relativa do Estado frente à sociedade, que restringe o escopo de medidas coercitivas e promove um estilo consensual de governança (EISENSTADT, 2000b, cap. 3).

Eisenstadt dá outros exemplos de peculiaridades japonesas, mas nenhum de natureza substancialmente diferente. São eles suficientemente significativos para apoiar o argumento de que o Japão constitui uma modernidade única, uma modernidade que difere fundamentalmente da modernidade ocidental? Isso depende da concepção de modernidade empregada. O que Eisenstadt e seus seguidores têm dito sobre modernidade indica que sua concepção foca, primariamente, o *sistema político* e as questões de *identidade coletiva*; mais especificamente, as bases culturais civilizacionais das “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 1983), que informam a construção da ordem simbólica dos estados-nação modernos, e também os tipos de regime que eles estabelecem, as modalidades de troca política que capacitam ou encorajam, as políticas que perseguem e assim por diante<sup>17</sup>.

O sistema político, certamente, é um subsistema importante da sociedade. Mas é apenas *um* dos diversos sistemas, e reduzir toda a sociedade a ele possivelmente implica uma concepção demasiadamente simplista da modernidade, ao menos quando comparada com aquelas que subjazem a tradição teórica da diferenciação em sociologia, que tem como objetivo capturar a sociedade moderna em sua completude<sup>18</sup>. Mas, independentemente do uso que se faz disso, uma coisa deve ficar clara a partir da reconstrução acima sobre as proposições chave das teorias da modernização: a evidência que Eisenstadt mobiliza contra elas, até agora, não coloca qualquer desafio àquela teoria. Pois, se alguém julgar essa evidência à luz das premissas da teoria – como deve, se o objetivo é refutá-la –, então, os *tipos* de diferença que ele evoca são, de fato, nada além de variantes menores de uma estru-

de convergência; similaridade nesta abordagem quer dizer resultados similares, também.

<sup>15</sup>Como Parsons (1977, p. 188) admitiu prontamente, os Estados Unidos não era líder na “componente social”, setor em que permanecia atrás de diversos países europeus, cujos sistemas de bem-estar eram mais avançados; observações similares foram feitas mais tarde sobre seu sistema de valores comparativamente mais tradicional (ver por exemplo INGLEHART & BAKER, 2000, p. 31). Não é necessário dizer que, para adquirir sua condição de modelo, numa fase anterior os próprios Estados Unidos tiveram de aprender com modelos estrangeiros. Suas universidades mais importantes, por exemplo, combinam elementos dos sistemas de universidades germânicas e britânicas (ver BEM-DAVID, 1971). O resultado, no entanto, foi algo novo que agora define os padrões globais de excelência. Claro que ascender a uma posição

de liderança em um momento do tempo não imuniza contra o declínio posterior. Dessa maneira, enquanto os Estados Unidos lideraram os desenvolvimentos no campo educacional durante a maior parte do século 20, hoje esse não é mais o caso (ver GOLDIN & KATZ, 2008).

<sup>16</sup>Um caso adequado seria a Alemanha, um dos primeiros países da modernidade tardia na Europa, cujo desenvolvimento é comparado frequentemente com o do Japão depois da Restauração Meiji (ver por exemplo BENDIX, 1970).

<sup>17</sup>Ver também Tu (2000), Wittrock (2000), Strath (2004) e os outros artigos no número especial de *Thesis Eleven* que editou sobre a modernidade "Nórdica" (i.e. escandinava). A orientação de Arnason (2000) é um pouco mais ampla, mas ele também foca principalmente no sistema político. Wagner (2008) estende a análise aos sistemas econômicos e científicos, mas a reduz à análise do discurso, isto

tura básica de sociedade que o Japão, como outros países em modernização no Leste Asiático, compartilha com o Ocidente. O mesmo aplica-se ao que outros teóricos das modernidades múltiplas têm dito para destacar a importância da diferença – nenhuma de suas observações aponta *sistematicamente* para além do conceito, ou modelo, de modernidade que orienta o conhecimento acadêmico da modernização. Ninguém nega que os países diferem entre si, têm sua própria história, legados, peculiaridades institucionais e culturais, identidades coletivas, mas isso era sabido muito antes do paradigma das modernidades múltiplas surgir. Os teóricos orientados por essa abordagem têm ainda que mostrar isso e porque essas diferenças são *teoricamente importantes* e em que sentido subvertem a noção de convergência, *conforme entendida pela teoria da modernização*, teoria da qual querem se distanciar.

Questionar a significância de alguns tipos de diferença para uma teoria da modernidade não é sugerir que as ciências sociais deveriam ser indiferentes a diferenças *per se*. A teoria da modernização certamente não é. Mas na medida em que se preocupam com diferenças, elas tendem a ser aquelas que separam a sociedade moderna dos tipos pré-modernos de organização societária, que refletem graus maiores ou menores de modernização e desenvolvimento, que pertencem a fatores que são conducentes ou prejudiciais à modernização, etc. Diferenças *desse* tipo, por outro lado, são amplamente ignoradas pela escola da modernidade múltiplas, a despeito de sua relevância inegável para uma teoria da modernidade. A razão é, provavelmente, que teóricos das modernidades múltiplas, embora bastante atentos às diferenças, negam, ou pelo menos não estão dispostos a considerar a possibilidade de que tais diferenças podem persistir na era moderna. Pois para a perspectiva dessa escola, o mundo inteiro é (igualmente) moderno agora (EISENSTADT, 2000a, p. 14)<sup>19</sup>. Todas as sociedades contemporâneas são modernas, apenas diferentemente modernas<sup>20</sup>.

Uma perspectiva teórica da diferenciação põe essa visão em dúvida. Um bom caso é a Índia. Desde a sua independência, em 1947, o país tem sido uma democracia política e, portanto, em termos políticos, é, sem dúvida nenhuma, moderno, a despeito das várias deficiências de sua democracia<sup>21</sup>. Ao mesmo tempo, o sistema de castas e, conseqüentemente, uma estrutura

social que é incompatível com a modernidade completa, persiste a despeito de sua abolição legal há várias décadas. Esse sistema divide a população em grupos hierarquizados fechados por *status* rituais. O casamento ou as refeições entre as fronteiras de castas são proibidos, e as relações entre os diversos grupos incluídos no sistema são organizadas estritamente de modo hierárquico, onde as classes mais altas controlam posições de prestígio, além de político e econômico, e as classes mais baixas são relegadas a posições que refletem seu valor social menor atribuído. A ligação centenária entre casta e ocupação e, conseqüentemente, riqueza material ou pobreza, tem se tornado menos rígida desde o século XIX, mas os grupos privilegiados socioeconomicamente são ainda as castas mais elevadas e vice-versa, predominantemente. Ainda pior que a situação dos membros das classes mais baixas, entretanto, é a dos chamados intocáveis, ou *Dalits*, e de numerosos povos tribais que não se encaixam no sistema de castas e, assim, não têm qualquer lugar dentro dos limites definidos pelo sistema. De acordo com um estudo recente, esse grupo, que compreende um número estimado de um quarto da população indiana, sofre formas extremas de exclusão, humilhação, exploração e privação<sup>22</sup>. Especialmente na Índia rural, onde vive 70% da população, são negados os direitos básicos de cidadania a vários *Dalits*, tais como a proteção contra atos de violência ou confisco de propriedade, o direito ao voto, o acesso a serviços públicos, a venda ou compra em mercados públicos, a entrada em templos, a liberdade na escolha dos locais de residência, algumas vezes até ao casamento. Frequentemente, ao serem mantidos em condições de escravidão por dívida, sofrem com a imposição do trabalho forçado, não remunerado ou mal remunerado (pagamentos abaixo do preço de mercado, muitas vezes, baseados nos critérios sem restrição de proprietários de terra quase feudais), abuso sexual, como também de atos visíveis de subordinação ou abuso público, como a obrigação de usar roupas imundas, de andar com a cabeça curvada, andar nus em público, etc. (SHAH *et al.*, 2006; SOORYAMOORTHY, 2008). Junto com outras minorias (especialmente a população muçulmana), eles também têm de lidar com a discriminação contemporânea no sistema público de educação, cujos baixos investimentos sistemáticos e a baixa qualidade contribuem, adicionalmente, para aprisionar os grupos de *status* mais bai-

é, aos modos pelos quais os intelectuais percebem e constroem a modernidade (política, econômica, científica). Como outros culturalistas, ele tem pouco a dizer sobre a estrutura, a construção institucional e a performance dos sistemas sociais.

<sup>18</sup>Como mencionado na seção anterior, a teoria de Parsons compreende quatro subsistemas societais e tem a capacidade de acomodar vários outros, tratando setores adicionais da sociedade (por exemplo, educação, o direito, bem-estar social) como subsistemas de um dos outros (por exemplo, o sistema fiduciário ou da comunidade societal). Luhmann, que descarta o esquema ÁGIL para a derivação de sistemas, trata a religião, a ciência, o cuidado com a saúde, a educação e até as artes em conjunto com a política, o direito e a economia ao conferir a cada sistema o mesmo peso conceitual. As duas teorias vão além de definições puramente políticas da sociedade que, apesar de terem sido consideradas obso-

letas analiticamente pelos avanços feitos pela teoria social do século XIX (LUHMANN, 2000b), continuam a inspirar boa parte da teorização contemporânea.

<sup>19</sup>Alguns leitores podem fazer a objeção sobre o fato de que Eisenstadt não diz expressamente que o mundo inteiro é *igualmente* moderno. Isso é verdade. O que ele *realmente* diz é que modernidade “envolveu quase o mundo todo” no “fim do século XX”, citando a África, o Oriente Médio, e vários países asiáticos (do Japão através da Índia e China e Laos e Cambodja) como exemplos (EISENSTADT, 2000a, p. 14) e não indica, em nenhum lugar, quaisquer diferenças a respeito dos *níveis* de modernização. Ao mesmo tempo, ele dá ênfase em como cada país reflete “expressões únicas de modernidade” – e diferenças enraizadas em diversos “programas culturais” de modernidade são as *únicas* diferenças a que ele alude. Em outras palavras, enquanto a expressão acima é claramente uma

em sua posição de desvantagem (ver, por exemplo, DUBEY, 2009).

Se o sistema de castas é único para a Índia, as clivagens sociais e as exclusões do tipo produzido não o são; grande parte da América Latina, por exemplo, exibe divisões similarmente entrincheiradas entre grupos de *status* quase hereditários (SCHEPER-HUGHES, 1992; LARRAIN, 2000; de FERRANTI *et al.*, 2004). Formas extremas de exclusão social permeando a *estrutura inteira da sociedade* também são encontradas em partes do sudeste da Ásia (por exemplo, as Filipinas) e em outros lugares do mundo menos modernizado.

Estruturas sociais que sustentam – e tradições socioculturais que sancionam – práticas e hierarquias como essas são hostis à modernidade, porque são baseadas em, ou sob a premissa de, em desigualdades *categóricas* que subvertem o princípio de diferenciação funcional ao erigir barreiras virtualmente intransponíveis entre os desprivilegiados e os privilegiados. Elas traçam uma linha entre o que são vistos – e tratados – como tipos essencialmente diferentes de seres humanos, dentre os quais relações horizontais (simétricas) são inconcebíveis, algumas vezes até abertamente heréticas (contra a “natureza”). Essas estruturas também subvertem o funcionamento apropriado de muitas das instituições formalmente modernas, tornando-as, efetivamente, instrumentos para avançar os interesses de elite – através da alocação de cargos públicos (frequentemente preenchidos com base no *status*, mais do que pela qualificação), a alocação de recursos públicos e serviços (cuja distribuição tende a ser altamente regressiva), e por outros meios.

Antes da ruptura da modernidade, uma ordem societária dividindo a população em estratos estritamente separados e hierarquizados era a norma em todas as civilizações avançadas; posteriormente, essa ordem começou a ruir e, gradualmente, teve de abrir espaço a uma nova ordem, onde cada membro da sociedade é (para ser) considerado (e, cada vez mais, tratado) *como um igual*. Para sistemas hierárquicos de estratificação, a própria noção de igualdade de *status*, e, assim, também aquela de igual cidadania, é estranha e ausente de sentido. Sistemas sociais modernos, por outro lado, certamente não são igualitários em *todos* os aspectos, mas as desigualdades tratadas como permitidas seguem uma lógica diferente, são graduais

ao invés de categóricas por natureza. Não é necessário dizer que essa é uma distinção ideal, porque, no mundo real, os dois tipos de desigualdade quase sempre se sobrepõem. Analiticamente, a distinção é, contudo, importante porque aponta para uma diferença chave entre as fundações ideacionais das sociedades modernas e pré-modernas. O que é apenas um fato imutável da vida para as sociedades pré-modernas constitui um constrangimento permanente em sociedades modernas, porque contradiz seu autoentendimento – a semântica com que elas descrevem a si mesmas e refletem a performance de suas instituições. É precisamente por essa razão a existência de diferenças arraigadas de classe social, entre os sexos, raças, etnias, etc., em resumo, diferenças *atribuídas* refletindo gradações de reconhecido valor social, é um problema que requer esforços contínuos para remediá-lo e/ou justificativas na sociedade moderna.

Tradições culturais, frequentemente, servem para perpetuar hierarquias e práticas de origem pré-moderna. Um campo em que isso é particularmente evidente é o das relações de gênero. O valor comparativamente baixo dado à vida de garotas e mulheres em partes do sul e do leste da Ásia é responsável pela disseminada morte de fetos femininos e de infanticídio feminino, resultando em taxas da população por sexo altamente enviesadas e dezenas de milhões de mulheres “desaparecidas” na Índia e na China (CROLL, 2000). A UNICEF (2006) estima que mais de 130 milhões de mulheres e meninas vivas têm sido sujeitas à circuncisão genital forçada na África subsaariana, no Oriente Médio e no Norte da África, tanto quanto em parte do Sudeste asiático, porque visões de mundo tradicionais, costumes e normas negam a elas o direito do prazer sexual. As taxas de analfabetismo de mulheres na Índia (DRÈZE & SEM, 2002), mas também em muitos dos países árabes (ver UNDP, 2006), são o dobro do que aquelas entre os homens, e muito mais garotas e mulheres, mais do que homens e garotos, estão subnutridas por causa de normas culturais que dão prioridade do fornecimento de alimentação aos homens (SUDDARCHAN & BHATTACHARYA, 2006)<sup>23</sup>. Casamentos forçados e assassinatos em “defesa da honra” de filhas ou irmãs não condescendentes são a ordem do dia em grande parte do mundo muçulmano, especialmente em suas partes menos desenvolvidas e entre os segmentos menos escolarizados da população<sup>24</sup>. E a lista continua indefinidamente.

interpretação, não parece uma imputação injustificada. Para indicar essa natureza interpretativa, o termo “igualmente”, apesar disso, foi posto entre aspas.

<sup>20</sup>Ver também Wagner (2008, p. 1), que inicia o primeiro capítulo de seu livro com a sentença “Nós todos somos modernos agora” – e depois argumenta que a modernidade pode se manifestar em diferentes maneiras, enquanto em nenhum ponto do ponto texto considera a possibilidade que possa se manifestar em diferentes graus. Como Eisenstadt, ele identifica as raízes históricas da modernidade em tempos mais remotos que a corrente principal da sociologia, nomeadamente na Era Axial, há 2500 anos. Consequentemente, não tem nenhum problema em considerar a Grécia Antiga, por exemplo, uma “manifestação antecipada de modernidade”. A modernidade Grega, diz Wagner, é certamente diferente da “nossa própria”, mas não é menos moderna que a mo-

deriedade “corrente” ou “contemporânea” (2008, p. vii).

<sup>21</sup>Observe que, enquanto Eisens-tadt (2000a, p. 23) consegue visualizar apenas diferenças *neutras* entre as democracias da Índia e do Japão, as quais atribui as variações de tradição cultural dos dois países e suas experiências históricas no encontro com a modernidade Ocidental, outros, usando os critérios que medem a qualidade da governança, detectam diferenças enormes na performance das duas políticas (ver apêndice C em KAUFFMANN, AART & MASTRUZZI, 2008), com o Japão como *claramente superior* à, ou à frente da Índia. Em conformidade com esse achado, Inglehart e Welzel (2005, p. 161), apoiando-se na distinção usada amplamente entre a democracia formal e efetiva, acham que “o score de democracia efetiva da Índia” está “onde se poderia esperar (...) com base em seu nível de desenvolvimento econômico” – e esse nível é bem menor que o do Japão.

Para uma escola de pensamento sensível à “diferença” como a escola das modernidades múltiplas, é impressionante como ela presta pouca atenção a diferenças como essas, que estão quase completamente ausentes de suas análises da (diversidade na) era moderna. A razão poderia ser a dificuldade de conciliá-las com uma teoria que trata todos os países e regiões do mundo como igualmente modernos? Isso, de qualquer maneira, é como parecem as coisas de uma perspectiva teórica da diferenciação, de acordo com a qual a diferença mais importante entre a modernidade e seu precursor evolucionário é aquela entre a diferenciação funcional ou por estratos da sociedade (LUHMANN, 1997; ver também PARSONS, 1964). Enquanto a estratificação continuar como o modo *dominante* de estruturar a sociedade, excluindo grandes partes, senão a maioria, da população ao acesso a instituições e benefícios, não se pode afirmar que, segundo esse ponto de vista, a modernidade foi estabelecida genuinamente. Ao contrário, é uma realidade vivida apenas pelas minorias socialmente incluídas (LUHMANN, 2000b, p. 232)<sup>25</sup>.

Assumindo que existem diferenças culturais e socioestruturais que, em vez de refletirem a diversidade intramoderna, são melhor entendidas como demarcadoras de zonas de *níveis* maiores ou menores de modernização atingidos<sup>26</sup>, então são necessários critérios através dos quais se pode julgar casos particulares. A teoria da diferenciação propõe um tal critério, o grau em que a diferenciação funcional foi realizada; e os descendentes da teoria da modernização adicionam outros, por exemplo, os níveis de desenvolvimento sociocultural e socioeconômico, a propagação e a performance das instituições modernas, a individuação das pessoas, a difusão de normas seculares e igualitárias, e outros. E, enquanto qualquer proposta é passível de debate, essas duas escolas, pelo menos, se aventuram a criar alguns critérios. A escola das modernidades múltiplas, em contraste, parece insensível às diferenças *verdadeiramente fundamentais*, enquanto dá muito destaque a diferenças relativamente menores nas culturas expressivas de Estados-nação contemporâneos; como John Meyer (2000, p. 245) fala, sem rodeios, de “coisas que não importam no sistema moderno”.

Conforme indicado acima, a teoria da modernização pode acomodar facilmente as diferenças do tipo que importam à teoria das modernidades



múltiplas, porque seu conceito de modernidade é suficientemente abstrato para permitir uma grande variação *dentro* do tipo moderno de sociedade. A teoria da modernização não enfatiza muito tal variação, mas, tendo em vista que isso não afeta o que a teoria considera como os *elementos constitutivos fundamentais* da sociedade moderna, aquilo que distingue a modernidade de outras formações societárias ignora, acertadamente, essa variação porque ela não tem qualquer influência em seu assunto de interesse<sup>27</sup>. Apenas diferenças significativas para esse problema de referência devem ser levadas em consideração para uma *teoria da modernidade*. A sociologia não é desprovida de ferramentas conceituais, permitindo-nos considerar outras diferenças (por exemplo, entre países), no interior de um esquema de análise adequado, mas confundir o estudo da modernidade com a análise comparativa de caminhos das políticas perseguidas, de tipos de regimes institucionais promulgados, de identidades coletivas temporariamente adotadas e de tradições culturais supostamente imutáveis, adotadas pelos (intelectuais e elites políticas de) países particulares, simplesmente funde níveis de análise e, portanto, não avança em nossa compreensão de nenhum deles. Para conceituar variedades desse tipo, seria melhor recorrer a várias teorias de “médio-alcance”, conforme proposto de maneira célebre por Robert Merton, ainda que privilegiadas indevidamente em detrimento da “grande teoria”.

#### IV

Dizer que Eisenstadt não consegue sustentar um caso convincente – tanto *contra* a teoria da modernização, quanto *a favor* de sua alternativa proposta – não prova a correção da teoria da modernização e, tampouco, invalida o paradigma das modernidades múltiplas como tal. Afinal, a noção poderia ser ampliada para abranger um terreno social maior do que uma limitada interpretação culturalista e/ou política da modernidade captura, e realidades podem existir que se mostrem mais danosas à reivindicação de convergência do que os achados sustentados contra ela, por Eisenstadt e seus seguidores. Onde teria que se procurar pela evidência necessária e o que teria que se

<sup>22</sup>Mesmo hoje, aproximadamente 90% dos *Dalits* e dos grupos tribais são extremamente pobres, “em um nível mínimo de subsistência, sem qualquer emprego ou seguridade social, trabalhando nas condições mais miseráveis, sujas ou difíceis de viver”, de acordo com *India's National Commission for Enterprises in the Unorganized Sector* (citado em BANERJEE, 2010, p. 6).

<sup>23</sup>Uma comparação global de desigualdade de gênero identifica os níveis de privação das mulheres na Índia como “excepcionais” (DRÈZE & SEM, 2002, p. 70) mesmo em comparação com os padrões do mundo em desenvolvimento. Para análises detalhadas das várias dimensões dessa privação e das muitas iniciativas destinadas a elas, ver, por exemplo, Bhandari & Mehta (2009). Pode ser difícil superar as vastas desigualdades de gênero indianas, mas modelos mundiais que dão ênfase à igualdade de gênero têm alcançado a

Índia não menos que outras regiões do mundo e fornecem padrões para sua deslegitimação por atores locais afirmando a validade e aplicabilidade universal desses modelos.

<sup>24</sup>Os casamentos arranjados, que também persistem em grande parte do sul da Ásia, eram a sua norma em todas as altas culturas. Na Europa do século XVIII, uma mudança ocorreu no pensamento das classes mais altas sobre a base apropriada do casamento, tornando o “amor” um componente essencial de uma escolha crescentemente individualizada de esposos (LUHMANN, 1987). Gradualmente, o ideal se espalhou para outras classes sociais e se tornou a norma – na Europa, através da difusão da “cultura mundial” moderna (MEYER *et al.*, 1997) e além.

<sup>25</sup>Por razões relacionadas, Parsons (1977, p. 184) viu a “inclusão incompleta” da população negra dos Estados Unidos em sua comunidade societa-

mostrar para tornar a proposta de Eisenstadt mais plausível?

A evidência deveria vir de uma região que, na medida em que se encontra em uma posição socioeconômica similar ao Ocidente, possui raízes culturais/civilizacionais diferentes e tem tido diferentes encontros com a modernidade. Como o próprio Eisenstadt sabe bem, nenhuma região atende melhor a esses critérios que o Japão e seus vizinhos “tigres asiáticos”, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, os quais, tomados conjuntamente, compreendem os exemplares atuais mais avançados daquilo que poderia ser chamado de Modernidade do Leste Asiático (TU, 2000). Se esse grupo mostra evidência de padrões que o distinguem “fundamentalmente” da modernidade Ocidental – não meramente em termos de sistema de governo e de semânticas da autodescrição societal, mas de ponta a ponta, em todas ou muitas dimensões de mudança social e/ou muitos setores institucionais da sociedade – então pode-se, realmente, ser sensato ponderar uma pluralização do conceito de modernidade.

A realidade, no entanto, não dá suporte a essa ideia. A modernidade do Leste Asiático e a modernidade Ocidental têm muito em comum, e onde elas diferem, as diferenças não são significativas para uma teoria da modernidade. Um aspecto que as modernidades do Leste Asiático e do Ocidente compartilham, e que possivelmente as diferencia mais da maioria das *outras* regiões do mundo do que entre si, é o caráter *sistemático* dos processos de modernização por que passaram e continuam a vivenciar, o que significa que “mudanças em um fator estão relacionadas a e afetam mudanças em outros fatores” (HUNTINGTON, 1971, p. 288). A modernização, nessas duas regiões, ao invés de ser confinada a setores particulares da sociedade e/ou a certos segmentos da população, foi e continua sendo um fenômeno *inclusivo*, transformando cada aspecto da organização societal e as vidas de todos os membros da sociedade em um período de tempo muito curto. Um segundo, e associado, aspecto que os respectivos processos de modernização compartilham é a *direção* da mudança. Com variações pequenas, sistemas políticos, administrativos, legais, econômicos, científicos, médicos, educacionais, de bem-estar, etc., estão em posição de perseguir metas similares, executar programas institucionais similares, e são, mais ou menos, igualmente efetivos. Todos os países em questão são ricos, alguns

um pouco mais que outros, com políticas de “crescimento compartilhado”, beneficiando todas as classes sociais, embora em diferentes graus<sup>28</sup>. Todos eles enfrentam problemas similares e respondem a eles de maneiras praticamente similares. As principais reformas políticas pioneiramente realizadas e implantadas com sucesso por um país são, cedo ou tarde, copiadas, com alguma variação e adaptação local, pelos outros<sup>29</sup>, e os retardatários do passado podem muito bem ser os líderes do presente ou do futuro – o Japão, por exemplo, tornou-se um líder mundial em importantes tecnologias nos anos 1990, estabelecendo os parâmetros de mudança para outros (KATZENSTEIN, 2003, 216ff.); Cingapura é crescentemente vista como um modelo de desenvolvimento no Oriente Médio e todos os cinco países têm tido um profundo impacto, impulso da transformação chinesa da era pós-Mao. Os perfis demográficos das duas regiões são marcadamente similares: níveis de urbanização, estruturas etárias, taxas de fecundidade, expectativas de vida, atendimento educacional, composição da força de trabalho (por setor e gênero), etc., de suas populações variam em margens relativamente pequenas típicas de nações desenvolvidas (ver, por exemplo, UNDP, 2007, p. 243ff.). Condições de vida, estilos de vida, padrões de consumo e, como pesquisas globais mostram, até mesmo sistemas de valores estão, cada vez mais, se movendo em direções comuns (com valores de “auto-expressão” tornando-se mais prevalentes ao longo do tempo, enquanto valores “tradicionais” vão lentamente ficando para trás, embora em lugar nenhum desapareçam completamente; ver INGLEHART & WELZEL, 2005).

É claro que diferenças também são passíveis de ser encontradas entre e no interior das duas regiões. Em termos de seu impacto na performance de instituições públicas e organizações privadas, essas diferenças são relativamente insignificantes, embora elas ganhem cor em comparação com diferenças que distinguem o *grupo como um todo* de quase todo o resto do mundo, que ainda não alcançou níveis comparáveis de desenvolvimento. Existem, certamente, diferenças nos sistemas políticos e em termos de condições específicas, que defrontam diferentes grupos de cidadãos ou partes interessadas, essas diferenças podem importar bastante. Ao mesmo tempo, todos os sistemas políticos respectivos governos são bem sucedidos em “boa governança”, servindo melhor à população do que seus (com frequ-

ria como um caso de “estratificação atributiva” que subverte as premissas igualitárias de uma sociedade moderna com uma “estrutura de classe aberta” (p. 186f.). Exclusões sociais baseadas em “inferioridade indifferenciada” (TOBY, 1977, p. 18) claramente persistem na era moderna. Não há, entretanto, nada de moderno a respeito delas, se por moderno quer-se significar percepções e práticas que são congruentes com o princípio da diferenciação funcional e/ou fundamentalmente com ideias novas que originam, ou que apenas assumem significância para além de pequenos círculos de intelectuais, em tempos modernos.

<sup>26</sup>O argumento acima de que grande parte das realidades sociais indianas são melhor entendidas como reminiscências do seu passado pré-moderno do que como sintomas da modernidade também é defendido por Heller (1999, p. 13), que relata a evidência para a prevalência generalizada “da ordem social tradicional, hierár-

quica e atributiva” e afirma que apenas o estado de Kerala superou essa ordem em uma base ampla. As transformações socioeconômicas massivas que a Índia tem passado desde o início da década de 1990, apesar de terem submetido essa ordem a um crescente “stress”, até agora não a alteraram fundamentalmente.

<sup>27</sup>Lerner (1958, p. 78), enquanto alude expressamente à “rica diversidade” das sociedades modernizadas e em modernização, ainda assim, está primeiramente interessado nas “regularidades que subjazem a variedade”. Dado o assunto e o problema de referência de seu estudo, essa prioridade faz perfeito sentido analítico.

<sup>28</sup>Usando o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) como padrão de medição, Japão e os quatro tigres asiáticos estão na mesma liga como seus modelos ocidentais de outrora. De fato, nenhum

ênica altamente corruptos, senão inteiramente “predatórios”) equivalentes em outros lugares no mundo (KAUFMANN, AART & MASTRUZZI, 2008). Os sistemas legais são todos baseados no direito civil ou no direito comum<sup>30</sup> europeus (adicionando, em alguns casos, elementos do direito chinês clássico) e, embora eles tendam a ser mais ecléticos no Leste Asiático do que no Ocidente (além de caracterizados por uma preferência geral pela persuasão e pela resolução informal do conflito, em detrimento do litígio e da aplicação do direito formal, profundamente enraizado nas tradições confucionistas; ver GLENN, 2007, ch. 9), o estado de direito é observado de forma mais exaustiva, nessas duas regiões, do que em qualquer outro lugar, a despeito de algumas variações locais<sup>31</sup>. Diferentes variedades do capitalismo, com diferentes graus de intervenção/coordenação estatal, são praticadas na (em partes da) América do Norte, Europa e no Leste Asiático (STUBBS, 1995; HALL & SOSKICE, 2001; STREECK & YAMAMURA, 2001; YEUNG, 2004), e as respectivas culturas empresariais também variam algum tanto, mas, juntas, as economias das duas regiões lideram qualquer lista de competitividade, produtividade, eficiência e inovação global, deixando outras regiões bem atrás (World Economic Forum, 2007; World Trade Organization, 2007; GILL & KHARAS, 2007)<sup>32</sup>. Os sistemas de bem-estar social estabelecidos pelos membros do grupo se diferem marcadamente, mas, em contraste com boa parte do resto mundo, onde esses sistemas mal existem (ou onde eles atendem muito mais às necessidades de grupos estreitos e excluem outros, como na América Latina; ver HAGGARD & KAUFMAN, 2008)<sup>33</sup>, eles todos têm mecanismos em funcionamento para proteger os mais vulneráveis e para “capacitar” (GILBERT, 2002) os pobres (SCHMIDT, 2008). Eles também lideram a pesquisa e o desenvolvimento no mundo (GILL & KHARAS, 2007) e, embora o Ocidente estivesse muito à frente, até recentemente, o Leste Asiático rapidamente o alcançou e agora é a única região fora do Ocidente que possui um número considerável de universidades/institutos de pesquisa de classe mundial (Shanghai Jiao Tong University, 2009; QS, 2009). A ciência produzida ali se direciona à mesma comunidade global, usa as mesmas metodologias, segue os mesmos padrões de excelência e é igualmente produtiva em termos do número de patentes registradas por cientista (World Intellectual Property Organi-

zation, 2007). Consideradas juntas, as duas regiões também ostentam os melhores sistemas educacional e médico no mundo e, embora a organização de ambos os sistemas variem ligeiramente de país para país, elas compartilham premissas, tecnologias e características basilares, não menos do que é uma base de conhecimento comum<sup>34</sup>.

Algumas diferenças também podem ser encontradas nas vidas cotidianas levadas pelas várias populações: nos ritos que elas realizam, nas divindades (quando existem) que elas adoram, nas festividades religiosas e seculares que elas celebram, nas dietas que preferem, etc. De forma geral, a moralidade cotidiana e o pensamento político tendem a ser mais conservadores no Leste Asiático do que no Ocidente, em parte devido aos legados do autoritarismo (CHUNG, 2005), em parte à maior compressão do tempo de desenvolvimento<sup>35</sup> e, em parte, às disposições culturais enraizadas na tradição Confucionista e em outras tradições nativas, que mantêm alguma força, a despeito do efeito corrosivo da modernização. A vida religiosa no Leste Asiático é dominada por tradições Budistas, enquanto o Cristianismo prevalece no Ocidente. Entretanto, mesclas sincretistas entre religiões locais e estrangeiras estão se tornando mais comuns em ambas as regiões, tanto quanto o pluralismo religioso<sup>36</sup>. A religiosidade é provavelmente mais forte no Leste Asiático do que na Europa Ocidental, mas não necessariamente mais forte do que nos Estados Unidos. Do ponto de vista da alimentação, a culinária “local” se sobressai em quase todos os lugares, mas, com o aumento da riqueza, a variedade culinária aumenta no Leste Asiático, em proporção igual ao Ocidente. As elites conservadoras do Leste Asiático frequentemente rejeitam o que eles consideram ser o individualismo “Ocidental”, mas enfrentam, cada vez mais, questionamentos aos ditos valores asiáticos coletivistas; especialmente jovens mulheres, altamente qualificadas e orientadas à carreira, crescentemente rejeitam sacrificar suas próprias aspirações em benefício de algum grupo mais amplo (principalmente a família) e a emancipação feminina progride em toda a região, a despeito de poderosas forças contrárias (PENG, 2003; BULBECK, 2005). As taxas de divórcio e de pessoas solteiras, embora baixas para os padrões ocidentais, estão crescendo por todo o Leste e Sudeste Asiático (JONES, 2005; QUAH, 2008). As pessoas passam pelas mesmas fases biográficas mais ou menos

país não ocidental fora do leste asiático está atualmente à frente de qualquer protagonista da região, cujo membro mais fraco (Coreia do Sul) está na posição 26 em um total de 182 países medidos a partir desse índice (UNDP, 2009, 171ff.).

<sup>29</sup>“Exame sistemático do ambiente relevante” é frequentemente o primeiro passo dado pelas burocracias do leste asiático, uma vez que um problema foi assinalado para regulação política (KATZENSTEIN, 2003, p. 224). O objetivo é aprender a partir da experiência dos outros que já tiveram que enfrentar problemas de mesma sorte. Uma das vantagens do desenvolvimento tardio (ou “atraso”, no jargão dos anos 1950 e 1960), enfatizadas pela escola da teoria da modernização (ver BENDIX, 1977, p. 415), é precisamente essa oportunidade de aprender: os países que se desenvolvem tardiamente não precisam reinventar a roda.

<sup>30</sup>N.T.: *common law*

<sup>31</sup>Usando o método de avaliação de Kaufman, Aart & Mastruzzi (2008), Coreia do Sul e Taiwan ficam um pouco atrás de grandes países ocidentais como os Estados Unidos, a Alemanha, o Reino Unido ou a França, mas estão à frente da Itália. As marcas de Japão e Hong Kong estão próximas a ou são mais elevadas que aquelas de alguns dos países ocidentais citados acima. O caso de Cingapura é difícil de ser julgado, uma vez que diferentes índices (por exemplo, KAUFMANN *et al.* vs BERTELSMANN ou Freedom House) o classificam de formas muito diferentes, dependendo das qualidades e aspectos do direito que eles enfatizam. Nos casos de Coreia do Sul e Taiwan, é válido notar que levou-se séculos para os países ocidentais desenvolverem tradições legais autônomas e sistemas legais relativamente livres de corrupção. Considerando a progressão muito menor do tempo de desenvolvimento, desde os anos 1950 e 1960, quando eles começaram a se

padronizadas, perseguem as mesmas metas e os mesmos passatempos, enfrentam as mesmas pressões, etc. Em suma, a *experiência vivida* de uma pessoa de classe média (inferior, ou superior) típica, em quase todos os aspectos, assemelha-se à sua contraparte na outra região<sup>37</sup>.

O que é verdade na comparação entre Leste Asiático e Ocidente não se sustentaria, *no mesmo nível*, em uma comparação entre tais regiões e a maioria das outras partes do mundo – o que é precisamente o que alguém esperaria de um ponto de vista da teoria da modernização, segundo a qual graus de similaridade, provavelmente, variam de acordo com os níveis de desenvolvimento e, com poucas exceções, tais níveis tendem a ser menores em outras regiões. Se, entretanto, as diferenças mais *fundamentais* não são encontradas entre regiões do mundo ou países igualmente ou similarmente modernos (desenvolvidos), mas, ao invés disso, entre eles e o “restante” menos moderno (desenvolvido), então, o que isso implica para o poder de persuasão da abordagem das modernidades múltiplas?

## V

O paradigma das modernidades múltiplas, como foi desenvolvido e empregado até então, deixa muito a desejar. Ele não fornece novos *insights* factuais acerca da modernidade e tampouco amplia nossos horizontes analíticos para cobrir aspectos que outros conceitos não podem considerar<sup>38</sup>. Ao invés disso, ele cria confusão, ao pluralizar a noção de modernidade, sem elaborar o seu significado, e ao invocar evidências anedóticas para a “diversidade”, cuja existência ninguém nega, mas cuja relevância para uma teoria da modernidade precisa ainda ser estabelecida de uma forma sistemática e coerente.

Valendo-se das tradições da diferenciação e da teoria da modernização, o presente artigo argumentou que nem todas as diferenças empiricamente observáveis são igualmente significantes. Ao invés disso, o peso conceitual dessas diferenças depende das questões de pesquisa perseguidas e dos quadros de referência analíticos usados. Utilizando a modernidade como o quadro de referência escolhido, deve-se mirar níveis de abstração

relativamente altos, o que significa que fenômenos que apareceriam como “diferentes” em um nível menor de abstração deverão ou poderão ser tratados como instâncias de convergência, quando comparados com o que seria considerado uma diferença “real” em um nível de abstração mais elevado.

Para ilustrar, consideremos a literatura sobre os estados de bem-estar social. Um achado dessa literatura é que existem diferentes regimes de bem-estar social em diferentes partes do mundo, com diferentes fatores sócio-históricos, políticos, econômicos, além de outros, que determinam os tipos de regime que emergem em certa localidade (ver ESPING-ANDERSEN, 1990; HOLLIDAY, 2000; HAGGARD & KAUFMAN, 2008). Outro achado é que todos os sistemas de bem-estar social diferem entre si, desafiando qualquer esforço de encaixá-los em tipologias amplas (KASZA, 2002); e, ainda, outro achado é que, virtualmente, todos os países que se tornam afluentes como um resultado de uma modernização bem sucedida irão estabelecer, cedo ou tarde, algum tipo de estado de bem-estar social, independentemente das orientações políticas das elites dominantes, dos recursos de poder de atores políticos, etc. (WINLENSKY, 1975). Esses achados são apresentados, frequentemente, como se contradisssem uns aos outros. Mas fazer isso é desnecessário porque, em certo sentido, eles *todos* estão corretos. Do ponto de vista de uma teoria da modernidade, a questão mais importante não está relacionada às peculiaridades de estados de bem-estar social *específicos* em países desenvolvidos, mas sim se mecanismos de bem-estar social – estatal ou regulado – *existem realmente*. A convergência significaria que existem; a divergência significaria que eles não existem. Dizer que a seguridade social no contexto de um estado de bem-estar social pode ser organizada de forma muito diferente é verdade, mas responde a um problema de referência diferente, nomeadamente questões do tipo “Como vários estados de bem-estar social provêm seguridade social?”, “Como eles evoluíram historicamente?”, etc. Se a pesquisa estimulada por tais questões encontra coisas em comum entre países e diferenças que covariam com certos fatores, então faz sentido sistematizar esse achado e construir tipologias de regimes de bem-estar social. Mas tipologias inevitavelmente abstraem-se de diferenças que existem dentre os representantes de qualquer tipo ideal particular. Assim, quando maior ênfase é colocada em variações

modernizar mais seriamente, ambos os países possuem performances marcadamente boas (muito melhor do que muitos países latino-americanos que estavam à frente deles em diversos aspectos) – e também não é de se admirar que o Japão esteja à frente deles, já que o Japão foi o primeiro país do leste asiático a se modernizar. O forte contraste entre países com baixos e altos níveis de corrupção judicial é demonstrado pelos numerosos estudos de caso reunidos pela organização Transparência Internacional.

<sup>32</sup>Além disso, nenhuma dúvida existe de que essas variedades são todas variedades do capitalismo *moderno*. Dúvidas tem sido levantadas, no entanto, quanto à modernidade de outros capitalismos (ver, por exemplo, SEM, 1999; SACHS, 2000; BECKER, 2009), entre os quais nem todos libertaram a força de trabalho da escravidão e a mercantilizaram, uma condição que Marx e Weber viam como essencial

para o capitalismo moderno. De maneira interessante, e em contraste ao que se esperaria de uma perspectiva culturalista, as variedades acima também perpassam linhas civilizacionais, com o capitalismo alemão (ou francês), compartilhando mais características com sua contraparte japonesa, ou do leste asiático, do que com a variedade anglo-americana. Pontos similares poderiam ser levantados em relação aos regimes de política social (SCHIMIDT, 2008).

<sup>33</sup>Haggard & Kaufman (2008, p. 79) apropriadamente chamam os sistemas de bem-estar social [*welfare systems*] encontrados em quase toda a América Latina de sistemas "estratificados" porque, se de um lado eles vagarosamente começam a abranger segmentos menos favorecidos da população, por outro lado eles servem aos interesses de grupos proeminente [*core groups*]. Como outros subsistemas da sociedade, os sistemas de bem-estar social, destarte,

transnacionais, o quadro de referência escolhido não captura diferenças, que estados de bem-estar social similares, em algumas dimensões, podem mostrar em outras dimensões ignoradas ou subestimadas pela tipologia<sup>39</sup>. Uma forma de lidar com esse problema é revisar a tipologia; outra forma seria descer para um nível ainda mais baixo de abstração, perseguindo problemas de referência para os quais as respectivas diferenças têm importância. Por exemplo, caso se queira saber como os fundos de bem-estar social são alocados em diferentes campos da política social (por exemplo, saúde pública, educação pública, aposentadoria, etc.) e como isso impacta o bem-estar agregado de diferentes populações, então o que podem ser variações de menor importância do ponto de vista de uma teoria do estado de bem-estar social pode, subitamente, assumir uma grande importância. O exercício poderia ser continuado e estendido para, virtualmente, qualquer campo de investigação.

Em suma, os aspectos da realidade que as análises científico-sociais enfatizam não são simplesmente uma função de verdade ou falsidade, mas dependem, em larga escala, dos problemas de referência que elas perseguem. Transpondo essa consideração para a controvérsia entre a teoria da modernização e a teoria das modernidades múltiplas, sugere-se a seguinte conclusão. Os teóricos das modernidades múltiplas estão interessados em certas questões, enquanto que os teóricos da modernização em outras. Os teóricos das modernidades múltiplas querem saber como continuidades culturais profundamente enraizadas se manifestam nas identidades coletivas e, em certa medida, nas políticas de estados-nação, como elas dão forma à percepção de problemas, à construção e ao funcionamento de instituições e assim por diante. Eles querem assentar fundações para uma sociologia historicamente orientada e sensível aos contextos, que consiga dar conta de várias diferenças que chamam sua atenção (ver, por exemplo, SPOHN, 2006). São certamente preocupações legítimas. Mas não são as mesmas que guiam o conhecimento teórico da modernização, que enfoca com o que é específico à modernidade enquanto formação societal, transformações colocadas em curso com a transição da era pré-moderna para a era moderna, etc.

Uma consequência dessa diferença é que, frequentemente, os achados



das duas abordagens não têm qualquer implicação entre si. Elas respondem a diferentes problemas de pesquisa e, ao fazê-lo, realçam diferentes facetas da realidade. Ignorar isso pode nos levar a mal-entendidos. Por esse motivo, não deveria surpreender que os dois lados frequentemente desentendam-se. Ao mesmo tempo, ambos claramente têm seus pontos cegos. E já que a linguagem em comum que utilizam – a linguagem da modernidade – sugere que podem compartilhar, pelo menos, *algum* terreno comum, pergunta-se se poderiam realmente complementar ou fertilizar um ao outro. Isso seria possível?

Por certo, sim. Uma possibilidade é essa. Os teóricos das modernidades múltiplas têm apontado, acertadamente, que os teóricos da modernização tendem a ver o mundo moderno através do prisma do Ocidente. Conforme a modernidade vai se tornando um fenômeno verdadeiramente global (SCHIMIDT, 2007), análises cuidadosas de “modernidades tardias” (KAYA, 2004) podem sugerir melhorias em algumas das premissas que subjazem as teorias clássicas da modernidade, cujo alicerce experimental era, evidentemente, mais estreito do que aquele disponível aos analistas contemporâneos. Nesse ponto, os teóricos das modernidades múltiplas poderiam proporcionar algum estímulo e inspiração. Por exemplo, assim como a literatura comparada sobre as “variedades do capitalismo” enriqueceu nossa compreensão do capitalismo moderno, ao demonstrar que não existe “uma” forma “melhor” de organizar uma economia capitalista, uma abordagem globalmente orientada das “variedades de modernidade” (ver SCHIMIDT, 2006) que fosse além da economia e abrangesse, também, outros subsistemas da sociedade poderia ajudar a superar alguns vieses e paroquialismos da teoria da modernização. Além disso, conforme os centros de modernidade deslocam-se gradualmente para locais não ocidentais (SCHIMIDT, 2009), o poder do Ocidente para “definir” a modernidade também diminui. Isso abre espaço para interpretações renovadas e, com novos competidores participando na política de interpretação, é seguro prever que a futura compreensão mundial da modernidade não somente diferirá da compreensão de hoje, como também refletirá um valor, uma experiência e uma base de interesses mais amplos. Entretanto, e aqui é onde os teóricos das modernidades múltiplas poderiam se beneficiar de mais receptivi-

refletem a significância continuada da diferenciação pela estratificação, *i.e.* o modo de diferenciação societal que predomina em condições pré-modernas, na América Latina. Claro que tais legados podem também ser encontrados em outros lugares, como por exemplo nos regimes de políticas sociais “conservadoras” (ESPING-ANDERSEN, 1990) da Europa continental, mas seus “efeitos conservadores” são compensados em maior medida por elementos igualitários, que esses sistemas também contêm.

<sup>34</sup>No caso da medicina, essa base de conhecimentos é, na sua maior parte, a medicina científica. Por exemplo, na Coreia do Sul, a medicina oriental (incluindo a medicina chinesa), embora continue sendo praticada, é responsável por menos de 20% do gastos com saúde do país e por menos de 10% da medicina financiada com recursos públicos (ver OECD, 2003). A situação nos outros países do leste asiático é semelhan-

te. Se a efetividade dos sistemas de cuidados com a saúde é mensurada em termos de indicadores comumente utilizados tais como a expectativa de vida ao nascer, mortalidade infantil, etc., então os resultados alcançados pelo Japão e pelos quatro Tigres Asiáticos são similares a ou melhores que aqueles dos países líderes do Ocidente (ver UNDP, 2007, p. 247, 261). Na educação, os métodos de instrução enfatizam a aprendizagem rotineira e a preparação para exames mais fortemente do que no Ocidente (onde tais técnicas foram gradualmente descartadas nos anos 1960), mas com níveis crescentes de desenvolvimento socioeconômico e a demanda associada por empregados mais "criativos", que sejam capazes de solucionar problemas de maneira independente, o pensamento crítico e a compreensão profunda têm ganho, ultimamente, mais proeminência no pensamento e prática pedagógicos. Em estudos que compararam as realizações de alunos de quarta

dade em relação ao pensamento teórico da modernização, à medida que tal deslocamento vem acontecendo efetivamente, ele o faz precisamente em função da modernização em curso fora do hemisfério ocidental. E essa modernização pode mudar os (recém) modernizados mais do que os teóricos das modernidades múltiplas, que acentuam fortemente (talvez demasiadamente) continuidades culturais, parecem preparados para imaginar. Então, enquanto os teóricos das modernidades múltiplas acertadamente insistem na infinidade de formas nas quais a modernidade se expressa, nós devemos evitar subestimar as capacidades transformadoras da modernidade e evitar excluir de antemão a emergência de novas "modernidades", cujo enraizamento no passado é, na melhor das hipóteses, tênue.

### Referências Bibliográficas

- Allardt, E. (2005) 'Europe's multiple modernity', in E. Ben-Rafael & Y. Sternberg (eds) *Comparing modernities: pluralism versus homogeneity*, pp. 483–99. Leiden: Brill.
- Anderson, B. (1983) *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- Arnason, J. P. (2000) 'Communism and modernity', *Daedalus* 129: 61–90.
- Banerjee, D. (2010) *Economic and human development in contemporary India: cronyism and fragility*. London: Routledge.
- Becker, U. (2009) *Open varieties of capitalism: continuity, change and performances*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Ben-David, J. (1971) *The scientist's role in society: a comparative study*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Bendix, R. (1970) 'Preconditions of development: a comparison of Japan

and Germany', in R. Dore (ed.) *Aspects of social change in modern Japan*, pp. 27–68. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Bendix, R. (1977) *Nation-building & citizenship: studies of our changing social order*. New Brunswick, NJ: Transaction.

Bhandari, A. & Mehta, R., eds (2009) *Women, justice and the rule of law*. New Delhi: Serials Publications.

Bulbeck, C. (2005) '“The mighty pillar of the family”: young people's vocabularies on household gender arrangements in the Asia–Pacific region', *Gender, work and organization* 12: 14–31.

Chung, C. (2005) 'The new class and democratic social relations in South Korea: nascent moves towards non-hierarchical and participatory relations', *International sociology* 20: 225–46.

Croll, E. (2000) *Endangered daughters: discrimination and development in Asia*. London: Routledge.

De Ferranti, D., Perry, G. E., Ferreira, F. G. H., Walton, M., Coady, D., Cunningham, W., Gasparini, L., Jacobsen, J., Matsuda, Y., Robinson, J., Sokoloff, K. & Wodon, Q. (2004) *Inequality in Latin America and the Caribbean: breaking with history?* Washington, DC: World Bank.

Drèze, J. & Sen, A. (2002) *India: development and participation*. Delhi: Oxford University Press.

Dubey, M. (2009) 'School education: a constraint to the sustainability of high growth rate in India', in M. Agarwal (ed.) *India's economic future: education, technology, energy and environment*, pp. 131–66. New Delhi: Social Science Press.

Eisenstadt, S. N. (1977) 'Convergence and divergence of modern and mod-

e oitava séries do ensino fundamental em ciências (MARTIN, MULLIS & FOY, 2008a), matemática (MARTIN, MULLIS & FOY, 2008b) e leitura (MULLIS *et al.*, 2007), os estudantes do Japão e dos quatro tigres asiáticos consistentemente alcançam pontuações superiores, superando o restante do mundo, com estudantes das nações líderes do Ocidente vindo, em sua maioria, em segundo lugar (a única exceção é a habilidade de leitura, um campo no qual os estudantes da Europa Oriental são fortes competidores em relação aos dois grupos). O resto do mundo tem consistentemente rendimento pior.

<sup>35</sup>Novos valores, estilos de vida e modelos de papéis, normalmente, substituem os antigos em um processo gradual que pode durar sucessivas gerações (ver INGLEHART & WELZEL, 2005).

<sup>36</sup>O Japão no Leste Asiático e diversos países predominantemente protestantes ou católicos na Europa parecem ser exceções a essa

tendência.

<sup>37</sup>Para as classes médias em rápida ascensão na Ásia (Leste da Ásia) e como elas se comparam às suas contrapartes norte-americanas e europeias, ver, por exemplo, Robison & Goodman (1996); Pinches (1999); Lange & Meier (2009).

<sup>38</sup>O sistema cultural de Parsons proporciona espaço conceitual suficiente para analisar o que os teóricos das modernidades múltiplas veem como a cultura da modernidade, e a ordem política constitui apenas um de seus quatro subsistemas da sociedade. Destarte, há um amplo escopo para que os teóricos das modernidades múltiplas persigam suas preocupações dentro da arquitetura da teoria de Parsons. O mesmo não se verifica quando temos a situação inversa – se Parsons fosse adotar o paradigma das modernidades múltiplas, ele teria que restringir consideravelmente sua agenda quanto à evolução da sociedade.

ernizing societies: indications from the analysis of the structuring of social hierarchies in Middle Eastern societies', *International journal of Middle East studies* 8: 1–27.

Eisenstadt, S. N. (2000a) 'Multiple modernities', *Daedalus* 129: 1–29.

Eisenstadt, S. N. (2000b) *Die Vielfalt der Moderne*. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft.

Eisenstadt, S. N. (2005) 'Modernity in socio-historical perspective', in E. Ben-Rafael & Y. Sternberg (eds) *Comparing modernities: pluralism versus homogeneity*, pp. 31–56. Leiden: Brill.

Esping-Andersen, G. (1990) *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Gilbert, N. (2002) *Transformation of the welfare state: the silent surrender of public responsibility*. New York: Oxford University Press.

Gill, I. & Kharas, H. (2007) *An East Asian renaissance: ideas for economic growth*. Washington, DC: World Bank.

Glenn, P. H. (2007) *Legal traditions of the world*. Oxford: Oxford University Press. (3rd edn)

Goldin, C. & Katz, L. F. (2008) *The race between education and technology*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Haggard, S. & Kaufman, R. R. (2008) *Development, democracy, and welfare states: Latin America, East Asia, and Eastern Europe*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Hall, P. & Soskice, D., eds (2001) *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*. Oxford: Oxford University Press.

Heller, P. (1999) *The labor of development: workers and the transformation of capitalism in Kerala, India*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

Holliday, I. (2000) 'Productivist welfare capitalism: social policy in East Asia', *Political studies* 48: 706–23.

Huntington, S. P. (1968) *Political order in changing societies*. New Haven, CT: Yale University Press.

Huntington, S. P. (1971) 'The change to change: modernization, development, and politics', *Comparative politics* 3: 283–322.

Inglehart, R. & Baker, W. (2000) 'Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values', *American sociological review* 65: 19–51.

Inglehart, R. & Welzel, C. (2005) *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. Cambridge: Cambridge University Press.

<sup>39</sup>Por exemplo, enquanto é comum observar os sistemas de bem-estar social britânico e americano como variedades do regime de tipo liberal, o Serviço de Saúde Nacional Britânico (British National Health Service) contém elementos “socialistas” que o fazem mais similar aos seus equivalentes nos países europeus “social-democratas” do que à sua contraparte nos Estados Unidos.